



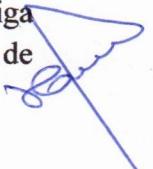
ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS
CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA

ATA DA 3^a AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 4º PERÍODO DA 18^a LEGISLATURA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS, ESTADO DA PARAÍBA, PARA DEBATER A
LOA/2023 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB,
REALIZADA NO DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

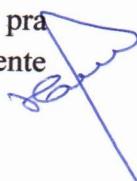
Aos nove dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e dois, com início às nove horas, em sua sede, localizada na Rua Horácio Nóbrega, nº 600, no Bairro Belo Horizonte, nesta cidade, reuniu-se a Câmara Municipal de Patos, sob a presidência da Vereadora Valtide Paulino Santos, secretariada pelo Vereador Emanuel Rodrigues de Araújo, 1º Secretário, e Marco César Souza Siqueira, 2º Secretário. Compareceram à presente Audiência Pública, os Vereadores: Cicera Bezerra Leite Batista (SOLIDARIEDADE), David Carneiro Maia (DC), Decilânio Cândido da Silva (SOLIDARIEDADE), Emanuel Rodrigues de Araújo (SOLIDARIEDADE), Francisco de Sales Mendes Junior (REPUBLICANOS/Líder do Governo), Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro (PL), João Carlos Patrian Junior (REDE), José Gonçalves da Silva Filho (PT), José Italo Gomes Cândido (REPUBLICANOS), Josmá Oliveira da Nóbrega (PATRIOTA), Marco César Sousa Siqueira (PSC), Maria de Fátima Medeiros de Maria Fernandes (REPUBLICANOS), Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes (REPUBLICANOS), Valtide Paulino Santos (PSL) e Willami Alves de Lucena (PROS), em um total de 15 (quinze) Vereadores. Os Vereadores: Fernando Rodrigues Batista (AVANTE) e Kleber Ramon da Silva Araújo (PSL) não compareceram à presente Audiência Pública. Por solicitação da Senhora Presidente, os Vereadores Marco César e Rafael pra receber os seguintes convidados: a senhora Joelma Ferreira, representando o escritório de contabilidade Clair Leitão; o Secretário de Articulação Social e Orçamento Participativo, Sávio Salvador; a senhora Maria Eveline, do escritório de Contabilidade Clair Leitão; Doutor José Lacerda, Procurador Jurídico da Câmara Municipal para fazer parte dos trabalhos. Com a palavra, o 1º Secretário, após os cumprimentos de praxe, fez a leitura do dia: "Prefeitura Municipal de Patos. Secretaria de Finanças, Planejamento, Orçamento e Gestão. Projeto de Lei Orçamentária. 31 de agosto de 2022. Estima a receita e fixa a despesa do município de Patos para o exercício 2023 e dá outras providências. O Artigo 1º: Fica aprovado o orçamento programa do município de Patos para o exercício econômico financeiro de 2023, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei que estima receita em R\$ 401.852.300,00 (quatrocentos e um milhões, oitocentos cinquenta e dois mil e trezentos reais) e fixa a despesa em igual valor. Artigo 2º: A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, transferências e outras receitas correntes e de capital na forma da legislação em vigor e as especificações anexo 1º de acordo com a seguinte discriminação: 1. Receita da administração direta R\$

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Joelma Ferreira".

358.301.800,00 (trezentos cinquenta e oito milhões trezentos e um mil e oitocentos reais); 2. Receitas da administração indireta R\$ 401.852.300,00 (quatrocentos e um milhões oitocentos cinquenta e dois mil e trezentos reais); 3. Despesas da administração direta R\$ 357.905.800 (trezentos cinquenta e sete milhões novecentos e cinco mil e oitocentos reais); 4. Despesas da administração indireta R\$ 401.852.300,00 (quatrocentos e um milhões oitocentos cinquenta e dois mil e trezentos reais); 5. Despesas por unidade orçamentária: Despesas da administração direta R\$ 357.905.800,00 (trezentos cinquenta e sete milhões novecentos e cinco mil e oitocentos reais); Despesas da administração indireta R\$ 401.852.300,00 (quatrocentos e um milhões oitocentos e cinquenta e dois mil e trezentos reais). Art. 4º: A reserva de contingência fica fixada no valor de R\$ 9.936.500,00 (nove milhões novecentos e trinta e seis mil e quinhentos reais) constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal destinado ao atendimento de passíveis contingentes e eventos fiscais. Art. 5º: O Poder Executivo, mediante crédito, promoverá a disciplina execução e distribuição das dotações consignadas a cada órgão no interesse da administração, poderá designar órgãos centrais e dotações atribuídas às unidades orçamentárias nos termos do Artigo 66º da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 6º: A execução da despesa é consignada a existência de recursos financeiros suficiente, cabendo ao Poder Executivo tomar as medidas necessárias para ajustar o fluxo dos dispêndios aos dos ingressos. Parágrafo Único: Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentária, e observado o disposto no Art. 8º da Lei 101/2000, o Poder executivo estabelecerá o Cronograma Mensal de Desembolso - CMD e as Metas Bimestrais de Arrecadação – MBA. Art. 7º: Para execução do orçamento de que trata a Lei ficou o Poder Executivo autorizado a: I: Abrir crédito suplementares mediante autorização dos recursos adiante indicados até o limite correspondente de cinquenta por cento do total de despesas fixadas nesta Lei, com as seguintes finalidades: Linha A: Atender insuficiências nas dotações orçamentárias utilizando confronto de recursos das disponibilidades caracterizadas no parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 64. Parágrafo 1º: O limite fixado no inciso I deste artigo poderá ser aumentado por proposta do Executivo, mediante aprovação do Legislativo. 2: Aprovar o quadro de detalhamento da despesa das entidades da administração descentralizadas para o exercício 2023, podendo abrir créditos suplementares até o limite previsto no inciso I deste artigo. Art. 8º: As alterações constantes desta Lei Orçamentária farão parte integrante do PPA e LDO. Art. 9º: Esta Lei vigorará durante o exercício 2023 a partir de 1º de janeiro, revogada as disposições ao contrário. Prefeito Nabor Wanderley da Nóbrega Filho.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra o Senhor **Sávio Salvador - Secretário de Articulação Social e Orçamento Participativo**: “Boa noite a todas e a todos os vereadores e vereadoras da nossa cidade de Patos, todos os que abrilhantam essa sessão tão importante para o nosso município, que é o momento aonde a gente como Poder Executivo é convidado pra está falando um pouco do que a população aponta como necessário, como urgente ou como ela ver para o futuro da nossa cidade, através da implementação do orçamento 2023. A Lei Orçamentária Anual é algo muito importante, é algo criado pra que a gente possa nortear aquilo que a gente desenha no Plano Plurianual, no começo do governo, para que nesses quatro anos a gente consiga fazer a diferença em nossas vidas, na vida de cada um daqueles que fazem a cidade de



Patos. Presidente Tide, eu sei o trabalho que vocês desenvolvem, a gente acompanha de perto aquilo que tem sido construído durante esta gestão da Câmara de Vereadores, todos vocês homens e mulheres de bem e que fazem a diferença, e por isso a gente cada vez mais vem traçando e trabalhando conforme a necessidade e conforme aquilo que a gente sonha pra melhorar a nossa cidade. O orçamento participativo, que aí eu vou iniciar as minhas palavras, além de agradecer esse momento tão importante pra Articulação Social, o orçamento participativo desse ano teve algo inédito, inédito na Paraíba e posso dizer no país, eu não vejo algo dessa forma em nenhuma outra cidade, que foi o orçamentinho participativo, algo trabalhado construído pensado por esta gestão do Prefeito Nabor. E que o Prefeito que vem trabalhando o Programa de Atenção a Primeira Infância, o PAI, com isso iniciamos o ano 2022 fazendo essa escuta. O que é o orçamentinho participativo? O orçamentinho participativo dentro do marco legal da primeira infância, que determina e que norteia as políticas públicas para crianças, de zero a seis anos, veio incrementar o PAI, fazendo com que a gente pudesse escutar crianças, de quatro a seis anos, pra que elas pudessem apontar o que elas querem pra hoje e pra o futuro delas. Sei que as vezes a gente é muito cético, Vereador Nadir, nós somos céticos porque alguns que são pais e mães, avós, ou cuidam de crianças, ou tem sobrinhos e tem amigos que tem filhos, muitas vezes a gente só ver aquela criança correndo pra lá e pra cá, Vereadora Nega Fofa, que tem sua netinha Marina, a coisa mais linda do mundo. Mas imagine a senhora em casa e escutando Marina gritando pra lá e pra cá, mas aí de repente Marina para e diz: 'Vó eu queria uma árvore aqui na frente de casa pra eu poder ter uma sombra pra brincar com meus amiguinhos ou minhas amiguinhas'. Aí a senhora ia pensar: 'eu preciso plantar uma árvore'. Mas qual foi o norte pra gente começarmos a reunir? Escolhemos algumas escolas, que além de escolas a gente juntou crianças de igreja, de ONGs e de setores da educação, e fizemos três audiências públicas, inclusive, o Prefeito fez questão de estar nessas audiências pra participar dessa experiência, ouvir essas crianças e ver o que elas estavam fazendo. Juntamos pedagogos, contadores de histórias e psicólogos pra que eles pudessem acompanhar esse momento. E com isso, eles conseguiram captar dessas crianças, através da fala delas e de desenhos, o que elas queriam pra nossa cidade, e, inacreditavelmente, a gente teve um norte. É um simples documento, apesar de ser o primeiro, a gente conseguiu construir Presidente, um documento que mostra a cidade o que elas querem. Jéssica, uma criança de cinco anos, ela fez um desenho. Eu estava passando e vi um desenho muito bonito, uma casa, uma árvore, ela olhou assim: 'essa é minha casa, é minha linda casa, agora eu queria uma árvore dessa pra eu poder brincar'. Outras crianças desenharam mercadinhos. Isso quer dizer o que pra gente? Várias possibilidades, várias coisas. E algumas, a gente conversando, o que é que elas diziam? Elas diziam que o melhor passeio, era no final de semana, quando o pai ou a mãe conseguia aquele dinheirinho, ela ia lá comprar o biscoito dela. Isso chama atenção pra gente, que é muito importante a gente trabalhar a fome, a segurança alimentar, é muito importante a gente trabalhar o meio ambiente. É muito importante a gente trabalhar até a segurança pública, porque teve uma criança que disse que não leva mais a bicicleta dele pra praça, porque o homem levou a outra. Então chama atenção da gente fazer o que, ir lá na praça ver se tem segurança, se a iluminação pública está colocada. Outro disse que gostava de ir pra escola porque comia bem, e era perto da casa dele. Então, tudo isso norteia ao que a gente

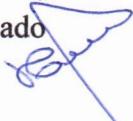


precisa mais investir, no que a gente precisa fazer. Eu vinha conversando com alguns secretários durante esses dias, e, hoje, eu e Doutora Poliana, a gente também estava conversando sobre a audiência de hoje, e a gente viu o tanto de coisas que o pessoal colocou senhores e senhoras vereadores aqui também no material do orçamento, que foi assim que a gente terminou apelidando o nosso orçamento participativo. Além do orçamentinho, a gente fez o encontro com adolescentes. A gente fez com as crianças e, depois, a gente fez o NUCA, que eu reuni o Núcleo de Cidadania dos Adolescentes de Patos, criou e reuniu. Esses adolescentes participaram já do orçamento, e apontaram através desse documento que tem na mesa de vocês, que a gente colocou pra que todos pudessem ter acesso, dentre eles o apontamento desses adolescentes. Então, a gente vem apresentar a vocês esse documento, na noite de hoje, pra que a gente possa dentro dele dá uma olhada dá uma lida e entender os apontamentos, inclusive, por bairros, por comunidades e por associações. Uma das coisas que a gente conseguiu fazer esse ano, senhoras e senhores vereadores, foi convidar as nossas associações, os nossos conselhos da cidade, de diversas categorias, sindicatos, a apontarem aquilo que eles representam, que eles acham mais importante. Por exemplo, a UAC, o presidente estava com a gente lá, Zé Ilton, e apontou pra gente que era preciso, e com urgência, a gente trabalhar a questão da moradia no município. Já os adolescentes, por exemplo, eles querem que a gente trabalhe a questão da educação ainda mais, a gente amplie creches, amplie salas de aulas, mas a gente dê atenção ao primeiro emprego. Por incrível que pareça, eles estão mais preocupados com isso também, que eles possam se profissionalizar durante o período de escola. Isso está aqui dentro desse documento. Então a gente chama atenção pra essa questão da educação, como é importante a gente fazer esse esforço, a gente dialogar dessa forma como o município como um todo e, é isso também que a gente apresenta. Outras questões que a gente viu durante esse período do orçamento participativo desse ano, por exemplo, lá no Sapateiros a Unidade Básica de Saúde da Família ela fica no Monte Castelo, e o pessoal do Sapateiros começou a pedir que a gente pudesse fazer e isso, e já começou a ser trabalhado, a questão lá do Sapateiros, as respostas mais rápidas. Mas a gente também chama atenção pra que a gente possa direcionar os nossos recursos pra essa área de saúde. O nosso valoroso Vereador Rafael esteve presente nesse orçamento participativo, representando a ONG de proteção animal, e falou um pouco sobre isso também, da questão da zoonose, a questão das ilhas de cuidados dos cães da nossa cidade. Então é algo que é voltado pra saúde pública, algo que é voltado pra essa atenção de zoonose. A cidade de Patos, hoje, aponta, através desse documento do orçamento participativo, o que ela acha mais importante. No Jatobá, por exemplo, muita gente apontou pra asfaltamento em algumas localidades. O pessoal vinha apontando, desde o orçamento do ano, passado pra gente melhorar a alça. Graças a Deus a licitação já tinha sido feita há muito tempo, a empresa estava demorando um pouco, mas deu uma resposta automática. Então um pedido que estava aqui, mas já andou, muita coisa já andou. Mas a gente chama a atenção pra isso, pra que a gente possa direcionar os nossos recursos, as emendas, que são importantíssimas, que vocês têm esse poder nas mãos, e que eu acho isso arretado; as emendas direcionadas pelos vereadores, também as impositivas, porque isso coloca além de uma resposta mais forte, pra que vocês possam fazer isso diretamente pra população, porque eu sei que vocês também são

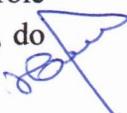
procurados e provocados por onde vocês andam, não é Vereador Italo? O Vereador Italo não para, de vez em quando a gente se encontra, a gente se esbarra andando. E eu sei que vocês têm sido cobrados. Então, Senhora Presidente e todos da Mesa, eu quero agradecer por esse espaço. Qualquer dúvida eu sei que falei muito por cima, mas qualquer dúvida e qualquer questionamento, eu estou pronto pra responder. E a nossa equipe está aqui, Ziraldo e Débora, Yasmin também está aqui com a gente, acompanhando a comunicação. Os outros estão agora ajudando na construção da abertura da Conferência da Criança e do adolescente no nosso município, que está acontecendo agora na Igreja do Santo Antônio, naquele espaço social. Eu peço desculpas porque não está toda equipe aqui junto com a gente. Mas agradeço ao Vereador Sales, Vereador Marco, Vereador Emano e a todos os outros que fazem essa bancada tão linda e trabalhadora na nossa cidade. Que Deus abençoe esse trabalho! E que vocês continuem assim, por muitos e muitos anos, ajudando a cidade a crescer cada vez mais. Eu peço perdão e desculpas a todos os vereadores, porque a gente não conseguiu fazer a cópia, a tempo, desse documento do orçamentinho, mas eu quero entregar a Senhora, e me comprometo de enviar amanhã a todos os outros vereadores." A Senhora Presidente disse: "Por sinal, Secretário, nós estávamos olhando aqui, já folheando aqui bem rapidinho, muitos dos nossos Requerimentos estão inclusos aqui nesse orçamento. Quem não já pediu aqui calçamento pra o Nova Brasília. Eu acabei de ver aqui coletores de lixo, o transporte coletivo. Então é importante que cada um de nós dê uma olhada nesse orçamento participativo e já tirarmos algumas coisas até mesmo pra nossa Emendas Impositivas." Dando sequência, a Senhora Presidente disse: "Convida a Secretaria de Controle Interno, Pollyana, para fazer parte dos trabalhos." Atendendo convite da Senhora Presidente fez uso da palavra a **Senhora Maria Eveline**, representante do Escritório Clair Leitão): "Primeiramente boa noite a todos e a todas. Eu venho falar mais uma parte técnica. Sávio veio aqui e falou da parte mais participativa do orçamento, eu como contadora, representando o escritório que presta assessoria para o município, venho mostrar uma parte técnica do orçamento, que tem sua base legal na Constituição a Carta Magna, juntamente com o PPA e a LDO. O PPA, que os nobres vereadores já tiveram o prazer de apreciar no ano de dois mil e vinte dois, a cada quatro anos. O nosso PPA é um planejamento mais a longo prazo, e a Loa é um planejamento a médio prazo, que a gente chama, e que sofre suas adaptações, na verdade, a gente faz anualmente. Existe a LOA, mas todo planejamento necessita de adaptações, e por isso todos os anos existe uma adaptação do que foi previsto no PPA, e a LDO e o orçamento servem pra isso. No orçamento de dois mil e vinte três, que é o que será apreciado, que está em pauta hoje, a gente tem previsões de receitas e previsões de despesas. O que são previsões? Aquilo que o município almeja que seja realizado durante o exercício. Não quer dizer que seja a realidade e não quer dizer que seja exatamente. O orçamento não é uma peça engessada não é algo fixo, é algo que pode sofrer alterações, assim como as emendas que vocês provavelmente irão votar aqui, e isso já é uma flexibilidade que existe dentro do orçamento. Ele está sujeito a créditos especiais, que é quando não existe uma receita que não estava prevista no orçamento e quando há a necessidade de também apreciação pela Câmara, aí vem um Projeto. Não está previsto alguma despesa ou alguma receita dentro do orçamento. Então, aqui a gente fala muito em previsão, é o que o Executivo e o Legislativo desejam realizar durante aquele ano, é



o planejamento que ele tem durante aquele ano, mas ele não é fixo, exatamente aquilo. O orçamento está sujeito a sofrer alterações, como de suplementações, como foi no caso desse ano que houve muito. O ano passado a gente tinha o FUNDEB, vocês sabem era quarenta e sessenta, quando a gente preparou o orçamento pra esse ano, a gente preparou com base em quarenta e sessenta, e houve uma Lei que foi aprovada posteriormente a elaboração do orçamento. E este ano existiu muitas suplementações muitas alterações dentro da educação por conta dessa alteração que foi feita depois que os orçamentos de todos os municípios, pelo menos lá no escritório que a gente trabalha, todos já tinham sido apreciados pelas Câmaras. Se o orçamento fosse algo engessado, existiria uma dificuldade enorme pra o pagamento, de folha principalmente, que foi onde houve a maior alteração, aqueles servidores que faziam parte do FUNDEB 40 passaram a fazer parte do FUNDEB 70. Se o orçamento não permitir suplementações, acredito que a maioria dos municípios, desde o meio do ano, não teriam como honrar com seus compromissos de folha. Quando eu digo isso é pra vocês entenderem que aqui a gente não está falando ao pé da letra. É uma Lei ela deve ser orientada, ela deve ter por base, o planejamento do município, mas ela não é algo que não possa ser mudado. A exemplo do município de Patos, eu não sou a contadora responsável pelo município, Joelma que é, ela está aqui representando, mas eu vejo todos os dias que o município de Patos teve muitos créditos especiais. Acredito que vocês já têm a experiência aqui, de muito esse ano. Ou seja, o orçamento tem essa flexibilidade, e que é bom para o Legislativo, que vocês participam mais, que a partir do momento que vem um crédito especial pra Câmara, que vocês têm esse poder de apreciar, de analisar, de discutir, é importante porque vocês fazem parte do planejamento do município. É importantíssimo isso, e torna o orçamento mais real possível. Porque já imaginou se viesse uma receita nova, igual aconteceu de alguma emenda pra construção de alguma coisa, e não pudesse ser acrescentada no orçamento? O município teria que devolver esse recurso ou teria que ficar em caixa aguardando pra o próximo ano. Mas não, como o orçamento é algo flexível, o prefeito, o gestor tem a opção de preparar um Projeto e enviar pra Câmara, pra ser aprovado e ser anexado àquele orçamento que foi votado. Então quando eu digo que tenham uma mente aberta, no sentido de que o orçamento é um planejamento que é por Lei, a gente tem que fazer, tem que planejar pra o município acontecer. Primeiro, que não quer dizer que vai ser a realidade de receitas, que também existe muito isso, frustração de receita no município; pode ser que aconteça alguma coisa, o município não tem poder de decisão, no sentido do FPM, por exemplo, o município não tem, ele tem uma previsão daquela receita, mas ele não sabe a realidade. Ele pode ter previsto cem milhões, mas no exercício pode se realizar apenas oitenta milhões. Ou seja, aquelas despesas que ele previu com aquela receita naquele ano não vão poder ser concretizadas. A gente precisa abrir muito a mente pra isso. Todas as vezes que eu visito as Câmaras e alguns vereadores, pra falar de orçamento, muitos questionam isso, confundem dotações orçamentárias com receitas orçamentárias. Quando eu falo de dotação orçamentária, eu estou falando apenas de previsões. É aquilo que eu quero realizar, não é aquilo que eu posso realizar, porque não necessariamente eu tenho dinheiro em caixa pra realizar aquilo. Por exemplo, a gente tem nas nossas finanças pessoais, eu sei que ganho mil reais por mês, então, durante um ano, incluindo meu décimo terceiro, vou ganhar treze mil reais; mas se em algum determinado



momento eu tive alguma despesa extra, ou por algum motivo meu salário foi reduzido, ou eu perdi meu emprego, eu não vou ter aqueles treze mil reais nesse ano. Ou seja, eu vou ter que readaptar meu orçamento, dá prioridades par conseguir honrar os maiores compromissos, que no caso da gente em casa, geralmente é a feira, é o aluguel, uma luz. E dentro do orçamento público, dentro da gestão pública, geralmente quando a gente fala em honrar as obrigações, as prioridades, saúde, educação, folha de pagamento e as obrigações com o INSS, que o INSS a gente tem que dá prioridade de sempre. A gente nunca leva em conta, mas é uma despesa gigantesca em todos os municípios, que são as obrigações patronais, o INSS. No caso de Patos que tem instituto próprio de previdência, são o INSS e o instituto próprio de previdência, isso consome grande parte das receitas e tem que ser prioridade dentro dos orçamentos. Muitas vezes também os municípios quando honram os maiores compromissos, eles ficam com poucos recursos pra planejar outras coisas, por exemplo, planejar a construção de uma escola com recursos próprios, a construção de uma UBS, muitas vezes. E as vezes a gente tem que ser comprehensivo nesse sentido, de que nem sempre aquilo que a gente almeja a gente vai conseguir realizar com o que a gente tem disponível de receita. Então, eu queria que vocês deixassem bem claro na cabeça de vocês. E se vocês tiverem mais alguma dúvida em relação ao orçamento ou a LOA, eu acredito que vocês não têm, que são pessoas extremamente experientes nessa questão de dotações. Mas é só pra deixar mais claro ainda, que a gente tem essa base legal, mas o orçamento jamais é algo engessado. Ele está sujeito a créditos especiais, está sujeito a suplementações, como no caso do FUNDEB, que ocorreu esse ano. Ele está sujeito alguma emenda de vocês, que aí vai se acrescentar a esse orçamento. A gente tem o planejamento da forma mais fiel, da forma que o município deseja, com a realidade do município. Então era isso. Se vocês tiverem mais alguma dúvida.” O Vereador Sales Júnior disse: “Em relação à fala de Vossa Excelência, que foi muito importante pra contemplar essa parte técnica do orçamento, eu converso muito com Joelma a respeito das matérias que chegam à Câmara, matérias contábeis, e tramita nesta Casa justamente um Projeto que chegou recentemente, de suplementação, acho que de dez por cento. Talvez nem se utilize todo esse dez por cento, mas como houve muitas alterações, inclusive na Lei do FUNDEB e diversos créditos especiais que surgiram, convênios novos, através de emendas de deputados estaduais, e esse orçamento teve que ser modificado. Como o final do ano, Presidente Tide, é onde tem um gasto maior ou investimento maior com folha de pagamento e tudo mais, com essas modificações no orçamento, o Prefeito manda pra cá esse Projeto de Lei de suplementação de dez por cento, justamente, pra não correr o risco de não comprometer algo que tem que ser pago. E aí o município tenha que enviar pra câmara em caráter de urgência, ou seja, já se antecipa pra não ter nenhum problema em relação a algum compromisso que já é contínuo no nosso município. Obrigado pela fala de Vossa Excelência, que contempla muito essa peça orçamentária que chega a esta Casa. Obrigado.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra a **Senhora Pollyana Guedes, Secretária de Controle Interno**: “Boa noite a todos. Vou cumprimentá-los na pessoa da Presidente Tide, e ser breve nas palavras. A gente sempre vem trabalhando nos bastidores essa questão do orçamento e, mais uma vez, temos esse momento importante. Ressaltando que o Controle Interno é responsável pela fiscalização do orçamento, da contabilidade, do pessoal, do

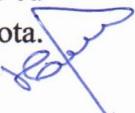


patrimônio e do financeiro. Então a gente tem feito essa atuação mais incisiva nessa gestão. O Prefeito solicitou que nós atuássemos lado a lado tanto com a Câmara como a contabilidade, e a gente vive no contato constante, não é Joelma. Eu queria só acrescentar a fala em relação à suplementação, que sempre tem essa polêmica. É como a gente diz se o orçamento é mil reais no mês na casa, se eu fixei despesa e previ receita, a receita não chegou eu fixei a minha despesa, minha despesa é mil, mas a receita não chegou. Por que é que a gente pede esse crédito suplementar, geralmente de cinquenta por cento, pra que a contabilidade, o setor financeiro, trabalhe com essa folga. Dando um exemplo prático, na nossa feira são dez quilos de feijão, dez de arroz, não chegou os mil, eu digo: vou comprar só oito quilos de feijão e doze de arroz; o que ia comprar ali, eu vou trocar aqui, não vai aumentar. O mesmo mil, a mesma receita que eu estimei, que, no caso, nem vai ser os mil, veio oitocentos, eu vou me virar com oitocentos. Se eu não tirar, se eu ver que dá pra eu deixar menos feijão e botar mais arroz, eu não vou cumprir a despesa, porque ela foi fixada. A grande diferença é essa, a receita é estimada, mas a despesa é fixada, então não é uma alteração de valores, é só uma forma que a gente tem de trabalhar essa previsão incerta. Em relação à educação, que foi VAAT e FAAT, que mudou, virou setenta e trinta por cento, uma confusão orçamentária para todas as contabilidades municipais. Em relação às emendas, quando eu cheguei Zé Gonçalves já questionou, nós temos a nova previsão desse ano. E eu já tinha explicado numa audiência anterior, que elas vão ser empenhadas no orçamento. Vai restar a questão, que acho que Doutor Zé Lacerda vai tratar diretamente com o Ministério Público, em relação àquela audiência, Tide, que gente comentou, dessa questão das entidades. Mas continuou o orçamento. Eu já sentei com Nabor, com Tide, a gente já conversou pra ver como vai resolver essa questão do pagamento. Já falei com o Promotor, hoje, pra ele fazer essa liberação, ele disse que até segunda-feira manda um documento, recomendando. Em relação ao orçamento, qualquer outra dúvida, quando vocês forem fazer nas comissões, alguma emenda de vocês mesmo, sem ser a emenda impositiva, que é outra possibilidade, a gente fica à disposição, tanto o controle interno como a equipe da contabilidade." A Senhora Presidente disse: "Secretaria, diante mão, aqui já estou lhe convidando pra participar conosco das nossas emendas impositivas, onde nós temos até o dia vinte e cinco pra apresentar. E as nossas emendas que foram apresentadas, no ano passado, Vossa Excelência foi de extrema importância em ter nos ajudado a confeccionar as emendas." A Secretaria Pollyanna Guedes respondeu: "Ressaltando também, pessoal, que essa participação do Controle Interno na construção das emendas é de forma técnica. Se eu não vier aqui fazer essa orientação, Joelma fica lá com a mão na cabeça, porque a gente trabalha com unidades orçamentárias. Então tem que saber onde vai inserir no orçamento, porque senão dá impedimento técnico, que é um dos critérios pra julgar inexequível, que foi o que aconteceu nas primeiras emendas passadas, fizeram sem a orientação técnica. E o nosso trabalho é realmente como fiscal do orçamento e da contabilidade, fazer essas pontuações e ponderações em relação às dotações orçamentárias, como ela falou, que tem essa diferença. Então, boa noite a todos, e estamos à disposição." Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra o Vereador José Gonçalves da Silva Filho: "Boa noite a todos e a todas. Saudar a todos os vereadores e vereadoras em nome da Presidente Tide Eduardo. Saudar a todos os secretários e secretárias aqui, na pessoa de Doutora



Pollyanna, que parece mais uma vereadora do que uma secretária, só vive aqui na Câmara, contribuindo com a gente. E a gente gosta muito de você, isso é importante. Agora as Emendas Impositivas tem que ser pagas todas. Veja bem, foi colocado aqui pela companheira contadora, há uma contradição, porque a gente aqui tem um entendimento político e a contabilidade uma compreensão técnica. Mas, na verdade, nem é só técnica pura nem é só política pura, porque aqui nessa proposta existem as políticas públicas, e se elas estão incluídas ela não é uma questão apenas técnica, é uma questão social. E eu tenho diversas dúvidas, eu confesso pra vocês que eu não tenho um bom manejo aqui nessa questão contábil, por isso que eu sou historiador. O primeiro ponto, eu fiz questão de encadernar, é muita coisa, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo tem R\$ dezessete milhões e seiscentos nove mil a dotação orçamentária. Aí você tem um destaque aqui, construção ampliação e/ou reformas de cemitérios. Aí você pega aqui construir reforma e/ou reformar cemitérios na zona urbana e/ou rural do município. Construção de cemitério na zona oeste, Vila Cavalcanti, demanda do orçamento participativo, aí colocaram aqui cem mil reais). Eu pergunto, cem mil é para fazer tudo isso? Primeira questão: Ontem só deu cemitério aqui na Câmara, a discussão aqui foi cemitério. Tem aqui cem mil reais. Você vai mais adiante. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Habitação, Melhorias habitacionais: Construir ou reformar unidades habitacionais no município de Patos, de acordo com as necessidades ou parcerias firmadas. Demandas do Orçamento Participativo botaram duzentos e vinte mil reais, não dá para fazer vinte banheiros. Eu lembrei agora dos banheiros de Dinaldo, no Mutirão. Duzentos e vinte mil, tem aqui, para construir, reformar, ampliar ou implantar no município obras de infraestrutura dos equipamentos do Desenvolvimento Econômico, tais como: Camelódromo, Casa do Empreendedor, Central do Artesanato, Polo Coureiro Calçadista, Escola Jovem Aprendiz e afins, oitenta mil reais. Eu quero saber como é que vai resolver isso com R\$ oitenta mil reais. Porque, o que é que eu estou imaginando, a proposta da gestão são esses valores? Se forem esses valores, isso não está sendo prioridade para a gestão, porque o valor é insuficiente. Vem mais adiante, Secretaria Municipal de Educação - Manutenção do Programa Merenda Escolar: Manter a distribuição da merenda escolar com qualidade para todos os níveis educacionais, incluindo o Programa PNAE, Mais Educação, botaram aqui um milhão trezentos e cinquenta e cinco mil. Essa questão da merenda escolar é séria, 99,99% (noventa e nove vírgula noventa e nove por cento), quem banca é o município, porque está vindo uma miséria do governo federal. Este ano o orçamento vai continuar a mesma desgraceira, vamos ver se a partir de janeiro, com Lula, altera. Por isso que vem essa PEC da transição. Mas mesmo que tivesse tido algum reajuste, é um valor simbólico, que não dá nem para tomar suco com bolacha vencida. Vamos adiante, 'Desenvolvimento Social: Manutenção do Projeto de Padaria Comunitária. Manter a padaria comunitária, oferecendo às famílias e indivíduos em vulnerabilidade social de lutar pelo seu próprio sustento, através da produção de pães, roscas, bolos, tortas, biscoitos e outros produtos, com aquisição de equipamentos permanentes para o apoio de capacitação de pessoal, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)'. Eu não sei que padaria comunitária é essa, porque no município não tem nenhuma padaria, mas tem algum projeto de aquisição desses produtos, eu não sei. 'Secretaria Municipal de Agricultura: Apoio ao pequeno agricultor e criador rural. Apoiar os

pequenos produtores e ou criadores rurais, através do corte de terras, distribuição de insumos, aquisição de vacinas e defensivos agrícolas, apoio às feiras da Agricultura Familiar, entre outras ações, para atender as comunidades do município, também conforme demanda do Orçamento Participativo, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)’. Não dá para nada, não dá nem para a feira da Agricultura Familiar, são dúvidas que eu tenho aqui. ‘Construção, ampliação, reforma de infraestrutura de serviços rurais e agropecuários: construir, reformar ou ampliar obras de infraestruturas e serviços rurais e agropecuários tais como, obras de acesso e ligação entre localidades’. Vereador Willa, só aquela passagem molhada que foi feita no assentamento Patativa do Assaré, foi R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). ‘Abertura de estradas, pavimentação e infraestrutura básica em projetos de assentamento, construção de passagem molhadas, mata-burros’, que aqui em Patos precisa-se demais, ‘matadouro, Centro de Comercialização de Animais de Patos, produtos agropecuários entre outros, R\$ 2.950.000,00 (dois milhões novecentos e cinquenta mil)’. É insignificante, porque um mata-burro desses fica em média, dependendo, de dez mil reais). Vem uma coisa aqui, que eu não aguento mais nem ler esse nome, PROCON Municipal. A gente autorizou aqui na Câmara, o dinheiro para comprar uma casa de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil), em seguida, dinheiro para construir a casa. Derrubaram tudo. Na Rua João da Mata. A casa é estreita, fina que assobio de soim, altíssimo esse valor, aí vem aqui: ‘Ampliação, reforma e/ou estruturação da sede do PROCON Municipal, R\$ 1.000.000,00 (um milhão)’. Disse que o PROCON já tinha o dinheiro, o PROCON aplica multa, comprou a casa, e ainda vem pegar dinheiro aqui para levar para lá? Esse PROCON está complicado. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável - Meio Ambiente, gente, a questão do meio ambiente aqui é calamidade. Sinceramente, eu fiquei estarrecido com os valores que tem aqui para meio ambiente, é para não se fazer nada, a não ser a poda de árvores. ‘Apoio a reciclagem do lixo e educação ambiental. Construir galpão, adquirir veículos e equipamentos para implantação de usina de reciclagem de lixo, para proporcionar melhores condições de trabalho aos catadores de lixo, facilitando a coleta e transporte de materiais recicláveis, também a confecção de cartilhas de educação ambiental, visando à conscientização da população para a separação do lixo e colocação de lixeiras seletivas em pontos estratégicos da cidade’. Digam o valor aqui? Cinquenta mil reais. Não dá para fazer nem o material de educação junto à população, porque papel está caríssimo. Aí vem aqui: ‘Revitalização do Rio Espinharas e mata ciliares. Promover ações para revitalizar o Rio Espinharas e as matas ciliares presentes nas margens, contribuindo assim para a preservação do meio ambiente, valor, R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)’. Eu quero saber como é que vai revitalizar o Rio Espinharas e as matas ciliares com trinta mil reais. A Secretaria do Meio Ambiente lascou-se. ‘Ações de fortalecimento da gestão ambiental. Fortalecer a gestão ambiental através do desenvolvimento de projetos voltados à área da educação ambiental, reaproveitamento de resíduos sólidos, reaproveitamento da água, projetos de hortas sustentáveis, compostagem, áreas verdes, aterro de inertes, viveiro medicinal, farmácia viva, parques urbanos, PAI - Programa de Atenção à Primeira Infância, construção de espaço de desenvolvimento infantil, entre outras ações’. Sabe quanto botaram aqui? Quarenta mil contos. Por último, Secretaria de Cultura e Turismo e Esporte. Outro que eu não aguento mais nem ouvir o nome, Teatro Municipal, esse veio dinheiro que só a gota.



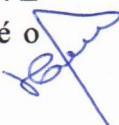
‘Conclusão e estruturação do Teatro Municipal. Concluir e estruturar o Teatro Municipal de Patos, que será o complexo cultural, que irá comportar salas, palcos, espaço de pesquisa, produção e formação cultural de modo a fortalecer e potencializar o desenvolvimento sócio cultural, através de shows, espetáculos, exposições, entre outros, como forma de contribuir para o desenvolvimento cultural e econômico do município, R\$ 6.520.000,00 (seis milhões quinhentos e vinte mil reais)’. Sinceramente, eu nunca vi, parece na época da seca quando a gente bota um balde de água na planta, que desaparece. Gente, que negócio para gastar é esse Teatro Municipal. E isso aqui é muito sério, eu fiquei estarrecido com isso. Eu quero saber duas coisas aqui, o FUNDEB 70% (setenta por cento) para pagar a folha de pessoal e 30% (trinta por cento) para manutenção, como vai ser dada essa questão do aumento dos profissionais do magistério? A gente sabe que o FUNDEB é recurso federal, agora, a minha outra preocupação, onde fica aqui, na Secretaria de Saúde, o orçamento para o novo piso, Vereadora Nadir, da enfermagem? Onde fica o valor orçado para o aumento dos servidores e servidoras do município de Patos, que estão há sete anos sem aumento salarial? Porque essa questão dos professores, Agentes de Comunitários de Saúde e Agentes de Combates às Endemias, a gente sabe que tem lei nacional, piso nacional, mas têm os demais servidores, que não tem piso nacional, como é que fica aqui no orçamento o aumento para os demais servidores municipais, e também no tocante ao novo piso nacional da enfermagem? Porque está suspenso por 60 (sessenta) dias, mas a lei foi aprovada, e agora será encaminhada. Seriam essas dúvidas. Na verdade, eu trouxe muitas, talvez eu esteja completamente errado, agora o que eu comprehendi aqui, os valores que foram colocados para algumas secretarias, especialmente essa do Meio Ambiente, e essa de agricultura não dá para construir 10 (dez) mata-burros. Vocês podem até colocar: ‘mas pode vir a suplementação anual. Vem um projeto para cá, tira dinheiro de um canto para outro’. Mas eu estou colocando isso aqui, porque era para vir aqui um valor, pelo menos, aproximados, para que essas obras tivessem condições de serem concluídas. Mas parece até que foi uma repetição do orçamento anterior, e não se preocuparam em algumas secretarias, de melhorar esse recurso. Eu sei que aqui no município educação e saúde tem sido a menina dos olhos de qualquer gestão, agora nós temos uma defasagem grande na questão ambiental, que precisa ser reforçada nesse orçamento, e nós temos também uma demanda enorme sobre a questão da infraestrutura. E eu confesso a vocês que esses dois setores são os mais prejudicados aqui. Esse orçamento do jeito que está aqui, essa Lei Orçamentária Anual, se for aprovada, nós não vamos resolver os problemas existentes nos bairros de nossa cidade, nem calçamento, nem a questão da zona rural, o que eu citei aqui, especialmente a questão ambiental, porque até agora nós, eu estou dizendo nós, porque a responsabilidade aqui dos dezessete vereadores, o prefeito e o vice, e o povo espera respostas de todos nós, não conseguiram tirar as árvores de dentro do Rio Espinharas até hoje. Inclusive, o Vereador Jamerson fez uma denúncia aqui, que estavam levando as Algarobas grossas, as mais antigas, o filé mignon, não de dentro do Rio, mas às margens, as que tivessem mais condições de tirar, mais facilidade, e as de maior dificuldade para retirar, no leito do rio, não foram tiradas. Então me preocupa esses valores que foram colocados para essas secretarias. E eu pergunto aqui, já que a minha opinião é no sentido de melhorar, o que podemos fazer nessa aprovação para melhorar isso? Eu acho que é



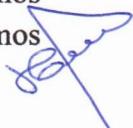
uma questão importante, porque se for aprovado do jeito que está aqui, nós vamos passar o ano inteiro com suplementação na terça e na quinta. É isso, obrigado.” A **Secretária Pollyana Guedes** disse: “Eu vou tentar ser breve, numa explicação técnica, Zé, porque suas questões levantadas são realmente legítimas. Mas como é técnica, e a gente tentando explicar de uma forma mais simples, pode ser que todos possam compreender. Por exemplo, quando você aponta R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) no Teatro, é uma obra federal, que teve uma reprogramação financeira e conseguiu receber uma emenda parlamentar, então ela é inserida nisso. Quando a gente tem algum item, por exemplo, revitalização do camelódromo, da Casa do Empreendedor e outros que você falava, é tanta informação pra gente, mas captando pelo menos o que foi citado, é que quase todos os nossos recursos são fundo a fundo, tem que ter esse fundo em Brasília, quando a gente não vive do FPM, vem para o fundo estadual, para poder vir no fundo municipal para a gente receber. Cemitérios, digamos que a gente consiga uma emenda estadual, uma emenda federal, um novo programa, por exemplo, CAICs, foram construídos em todo o Brasil; uma creche modelo que eu lembro, era uma creche tipo C, mais ou menos em dois mil e doze, foi construído em todo o Brasil, se eu não tivesse a previsão dentro do QDD, que a gente chama, que é a LOA, é essa lei que a gente vai estimando a receita, a gente acha que vai receber, às vezes vem mais, às vezes vem menos. Eu acho que é conhecimento de todos, que às vezes se diz assim: ‘o FPM veio menos 20% (vinte por cento), o FPM teve uma queda e 43% (quarenta e três por cento)’, porque às vezes até o governo federal são meses ruim de passar. Em abril a gente fica em festa, sempre é um repasse maior, porque vem os dividendos do Imposto de Renda do final do ano, com o 13º (décimo terceiro) que aumenta a economia, mas como as pessoas só declaram em abril, aí aumenta. A gente sabe que, às vezes, o FPM vem 60% (sessenta por cento a mais). O que eu quero concluir, quando a gente tem um orçamento pequeno, é porque a gente está da esperança de ir recebendo, e eu tenho que ter essa previsão, porque, de repente, chega um Projeto Nacional de Revitalização Pluvial, aí nem a LOA daqui prever isso, eu vou botar ela aonde? Como é que eu vou recepcionar? Então toda essa previsão orçamentária da gente, que o QDD, é o quadro detalhado de despesas, é porque a gente tem que prever aquilo. Se a gente não prever, aí não vira um crédito suplementar, vira um crédito especial. Não tinha, e chegou um dinheiro para gastar, entra aí um crédito especial, porque depois que aprova eu não posso mexer, só se vocês autorizarem. Por isso que chega crédito especial. Em relação ao piso da enfermagem, estão procurando ainda da dotação da União. E todo o dia 20 (vinte) a gente tem um Fundo Municipal de Saúde, que eles fazem os repasses da União diretamente para o Fundo Municipal de Saúde. Inclusive, as contas são públicas, vocês podem consultar o Banco do Brasil, saber quando recebeu, quanto recebeu. Prefeitura de Patos, não precisa nem colocar o número da conta; Prefeitura de Piancó, Prefeitura de Quixaba, pode ir lá e saber. Tanto que eu trabalhava nos municípios, e diziam: ‘não o FPM, eu não recebi tanto não esse mês, veio abaixo’. Eu ia lá e olhava: Recebeu tanto, descontou tanto do INSS, tem tanto em caixa, então me pague. Porque é uma informação pública. Em relação ao piso de enfermagem, se for realmente aprovado no orçamento federal, quando eles fizerem os repasses, tipo PSF, que é repasse federal, aí tem a questão de incorporação, que eles dizem que incorporam ao patrimônio municipal, porque passou fundo a fundo. Por exemplo, às vezes eu recebo um

convênio para comprar ônibus escolares, eu tenho que prestar contas. Quando eu recebo um recurso federal não tenho que prestar contas? Aí tem coisas que eu não preciso prestar contas ao governo federal, mas eu preciso botar na minha prestação de contas do Tribunal de Contas, porque incorporou ao patrimônio financeiro do município. Então quando Brasília aprova, eles têm a previsão orçamentária do aumento de repasse para o município, porque o município pequeno sobre vive do FPM e do repasse. Na questão do cemitério, por exemplo, calçamento, a gente recebeu uma emenda agora, e foi meio mundo de calçamento, vai calçar quarenta ruas, se não estive no orçamento que eu vou calçar. Agora se o cemitério foi pouco, é porque, assim, a gente já vem com uma estrutura antiga de prédios públicos, fica sempre tentando reformando, melhorar, e é uma demanda grande. É como eu digo, lá em casa tem uma tomada que levei um choque essa semana, mas lá em casa eu faço toda despesa, vou chamar um eletricista aqui, mas não vou chamar não, vou chamar no final do mês, quando receber dinheiro de novo, mas está funcionando a tomada. Infelizmente, assim, qualquer gestor, não estou falando de Nabor, estou falando em administração pública. Por ele, ele fazia tudo. Aqui a estrutura é ótima, foi reformada, mas Tide quisesse botava porcelana, botava as paredes de mármore, fazia um prédio suntuoso e luxuoso, mas a gente vai fazendo o que dá. Eu vi mesmo, ontem, Patrian atrás uma impressora, atrás de ajeitar um computador. Então é como se fosse a casa da gente, e do mesmo jeito é a gestão pública, vai faltando as coisas e a gente vai tentando consertar, e o que dá para utilizar a gente vai utilizando. Eu não se conseguir explanar melhor."

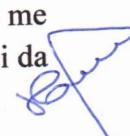
Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra **Dr. José Lacerda Brasileiro, Procurado da Câmara Municipal de Patos**: "Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara de Vereadores, em nome de quem saúdo todos os membros da Mesa Diretora, Excelentíssimos Senhores Vereadores, pessoas dignas e honradas, homens e mulheres que bem representam o nosso município. Excelentíssimos Senhores Secretários Da Administração Municipal, em nome da doutora Poliana, os saúdo e abraço pelo trabalho desenvolvido e pela participação nesta noite aqui. Eu venho pra cá imbuindo de uma questão que, pra mim, é fundamental. Nós temos orçamento, na minha visão chegar-se ao orçamento é preciso que se passe por, pelo menos, duas etapas anteriores ao orçamento. Que etapas são essas? Se nós pegarmos a Constituição Federal, nós vamos ver que o conjunto orçamentário, o conjunto de organização da receita e dá despesa da administração municipal, que envolve pelo menos três situações. A primeira delas é plano plurianual. No início da gestão, o gestor que toma a posse há pouco tempo, seja o prefeito, o governador ou presidente da República ele vai encaminhar as intenções, as necessidades que tem de organizar o conjunto de obras necessárias à administração, obras e projetos de importância para o município, no nosso caso. Esse Projeto tem uma vida útil de quatro anos, então ele vai valer no segundo ano do mandato e vai até o primeiro ano do mandato subsequente. Em seguida, nós temos a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentaria, que é ali que a administração pública traça as regras para o orçamento, é ali onde se põe o que pode, o que não pode e como, deverá constar no orçamento para o ano que se avizinha. A LDO vem no final do primeiro semestre, deve está aprovada no primeiro semestre. É situação que suspende inclusive as férias ou recesso dos vereadores, porque enquanto não aprovada a LDO, diz a Constituição, que não pode o Congresso Nacional ter recesso. E aí nós temos uma regra fundamental, aliás, um princípio de muita grandeza, que é o



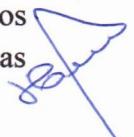
princípio da simetria das normas, aquilo que se aplica no campo federal também é necessário que se aplique que no campo dos estados, no Distrito Federal, e também que se aplique aos municípios. Então, aqui, nós temos o princípio da simetria, fundamentado no ordenamento jurídico do nosso país. Então, vamos ter agora as regras para o orçamento. As regras para o orçamento estão na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual. Cada ano tem uma LDO, e nós vamos ver que o gestor que entra, ele só vai ter aplicado as regras sobre o seu comando a partir do segundo ano de mandato. O primeiro ano de gestão, o conjunto sistêmico de planejamento é todo baseado na gestão anterior. Quem entra para o mandato é preciso ver que tem situações que precisam ser revistas. Digamos, nós estamos assistindo a nível nacional um verdadeiro debate sobre mudança no orçamento, que já está proposto, pela gestão atual, e o próximo governo tem necessidades especiais. E aí todo gestor poder se socorrer do Parlamento e pedir que o Parlamento modifique o orçamento para atender àquelas necessidades. Bom, hoje nós estamos vendo um debate, que é muito interessante, é o chamado limite de gastos públicos. O que é isso? Aqui parece o que nós fazemos em nossas residências, toda semana nós temos que fazer a feira, e nós temos um dinheiro necessário para fazer a feira de nossa casa. Então, vamos aqui, a União, os Estados e os Municípios têm limites para gastar, e isso aqui está estabelecido na LDO. Então, gestor público, ao fazer o orçamento do ano para encaminhar ao Poder Legislativo, ele tem que preparar bem essa questão e trabalhar bem este planejamento, porque agora nós temos a LOA, que é a Lei Orçamentária Anual. É ali que nós vamos dizer: as receitas do município são essas, as despesas do município são condicionadas as receitas, e são essas. Bom, então agora vamos aqui, o orçamento, durante anos, foi peça de ficção. E me perdoem, desculpem-me, mas essa é uma realidade, o orçamento foi peça de ficção. Eu estava ouvindo aqui o nobre Vereador José Gonçalves, com toda razão, levanta questões, pra mim, fundamentais. A Lei Orgânica do Município, quando foi feita, eu participei dela como vereador constituinte, e na Lei Orgânica do Município nós botamos que deveria ser recuperado o Rio Espinharas. Deveria ser feito um trabalho de recuperação ciliar do rio Espinharas, e até hoje isso aqui está no papel. Isso aqui está na Lei Orgânica do Município, nunca foi feito, nunca foi feito. Então nós temos a peça orçamentária. Como é feita a peça orçamentária? Aí me perdoe quem trabalha, quem é técnico na área, que são pessoas importantes e que nós devemos respeitar, mas elas vão adorar que a gente diga isso porque essa é a realidade, não se faz um planejamento real. Não estou dizendo que é este aqui. Não, eu estou dizendo que no geral não se faz um planejamento adequado, real, pensando no desenvolvimento do município. Vem cá, esse aqui é nosso município, o que nós esperamos que o município faça na área de educação, na área de saúde, na área de acessibilidade, nas diversas áreas que a administração tem o compromisso de fazer? E aonde é eu sei isso? Pegue a Lei Orgânica do Município que ela te dar as pistas, ele traz os programas. Pega a Legislação Municipal, que lá tem dezenas de programas criados para o desenvolvimento do município para, para a implementação daquilo que a cidade. Deseja-se ainda tem ausência, aí os meus parabéns para o município de Patos, que está começando a fazer orçamento participativo. O que é que é isso? É o povo participando. E eu digo mais, o orçamento participativo não é só dizer: 'nós precisamos disso'. Mas, nós precisamos disso, nós queremos acompanhar com essa necessidade de hoje é implementada, e nós precisamos



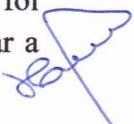
acompanhar o cumprimento fidedigno dos serviços públicos. Então aí nós temos uma situação fundamental, aí nós temos uma roupagem nova. E, olha, orçamento participativo não é um querer do gestor, é uma necessidade, é uma determinação legal. O gestor quando manda o orçamento para o parlamento, a lei e a Constituição determinam que aja debate público sobre o orçamento. A Vereadora Tide, eu já acompanhei aqui, ela faz com muita precisão, com muita galhardia, com a integração de todos os vereadores, encontros para debater o orçamento do município. E isso é fundamental, isso é bom para o gestor, porque ele vai evitar de fazer aquela obra que ele acha que é importante, e agora o povo é está dizendo: ‘não, ao invés daquela obra, que possa ser uma obra que nós queremos muito, é necessário que se faça está obra, que é a obra necessária, que é a obra importante para nossas vidas, para a vida do povo do município’. Então é isso que o orçamento revela. Meu estimado e querido Zé Gonçalves, isso aqui é uma facilidade que muitas vezes o setor contábil, o setor de planejamento, coloca no orçamento. Nós não temos dinheiro para fazer um plano de obra elevado, mas então vamos botar no orçamento que nós vamos fazer a reestruturação do rio Espinharas, bota uma verba pequena, se aparecer uma emenda, se vier um dinheiro de fora, então o rio será restaurado; se deixa ele lá até que aja uma chuva grande, e venha muita água, e a água invada a cidade, porque aí é a necessidade de cuidar de riscos, então está lá. Mas tem lá uma verbazinha, aí bota outra verba pra outra coisa, recuperar estrada não sei o que; nunca dentro do real, mas daquilo que o orçamento pareça bem comportado. Eu penso que Vossas Excelências deveriam um dia, chamar aqui os secretários da administração e terem uma conversa franca, aberta, sobre essas necessidades para que a gente possa ter uma gestão, que além bem intencionada, que eu não tenho dúvida que o Prefeito é, mas que essa gestão possa atender as necessidades do nosso povo e melhorar a vida de quem mora em Patos, porque é isso que o orçamento cuida, é disso que orçamento trata: saúde, educação acessibilidade, iluminação pública, tudo o que é de importância para a vida da sociedade precisa ser tratada, precisa ser cuidada. Seria muito bom que a gente tivesse tempo aqui para aprofundar esse debate, mas eu agradeço a Tide, agradeço a Vossas Excelências, Vereadores, agradeço as Vossas Excelências, Secretários da Administração Municipal, Técnico da Administração Municipal, meu abraço a todos, e estou aqui à disposição para tratar de um assunto que, pra mim, é muito caro, muito importante e muito relevante nesse debate. Muito obrigado.” Atendendo convite da Senhora Presidente, o **Vereador Josmá Oliveira** fez uso a palavra: “Muito boa noite Senhora Presidente, demais colegas, senhores e senhoras que participam aqui no auditório. Agradecer a presença das Contadoras, representando o Escritório de Contabilidade, nosso colega Sávio também, Popó, como carinhosamente nós vereadores a chamamos. Sejam bem-vindos. Eu tinha muita coisa para falar, mas o meu colega Zé já pontuou alguns pontos importantes, Dr. Zé Lacerda também falou como se fosse o melhor vereador de oposição aqui da Casa, a gente agradece. A nossa preocupação é trabalharmos com a realidade do nosso município. Nós temos alguns números aqui que estão bem distantes da realidade, e eu até sugiro que esse documento volte, faça uma revisão, para adequar a realidade do município. Convidasse também o Secretário de Administração, pois Francivaldo tem uma noção muito boa de como está a estrutura do município. Sempre que eu ligo para ele, ele me atende muito bem. E ele tem uma noção boa e técnica da realidade do município. Sei da



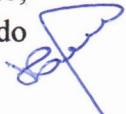
possibilidade de nós fazermos aditivos, fazermos alterações, mas o problema é que nós temos muitas discrepâncias fora da realidade, e se nós formos ficar discutimos ajustes, nós vamos ter que parar todos os trabalhos legislativos para ficar alterando isso. A assistência do idoso, dez mil reais, eu acho que isso aqui não está certo. Eu acho que algumas coisas aqui estão bem distantes da realidade, Zé Gonçalves já explanou muitos. Eu sugiro fazer uma correção nesse documento, a gente esticar a discussão. Precisamos também de representatividade social no debate acerca disso, a gente praticamente não está tendo colaboração social nenhuma aqui, só o Poder Legislativo e a Prefeitura, os representantes do Prefeito. Eu acho que a gente deveria ter representantes da sociedade civil organizada e outros representantes coletivos, para poder sugerir, debater e discutir aqui. Eu me preocupo também com o montante de recursos destinados para o pessoal em cargos sociais, muito dinheiro. Nós temos sérios problemas em Patos, Patos não tem infraestrutura, Patos não tem nada, muitos problemas que precisam ser discutidos de forma séria, pelo menos, colocado no papel, para a gente poder ver um horizonte e pensar em soluções. Se ficarmos gastando todos os recursos públicos com o pessoal, como funciona aqui em Patos, com esses excessos de contratações, excessos de contratos MEI que tem aqui, a cidade de Patos vai faltar recursos para as outras áreas importantes, como é o caso que foi discutido aqui, do Rio Espinharas, que isso é uma piada. Como eu disse, eu sugiro fazer uma revisão nesse material, nessas contas, o que não for fazer, corte daqui, não traga. É melhor a gente diminuir dentro de uma realidade plausível que a gente possa executar, do que colocar números aqui que não tem viabilidade técnica, que não serão cumpridos, que só vai dificultar o trabalho. Eu vejo como falta de respeito também ao povo. Se não vai cumprir, tira. Eu vejo dessa maneira. Eu me preocupo também com os valores planejados para investimento. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, uma mixaria, e nós temos sérios problemas aqui na cidade de Patos, com a falta de políticas públicas para o desenvolvimento econômico. Nós não temos geração de emprego e renda e Patos, e eu não estou vendo aqui a preocupação em investimento necessário pra gente mudar essa realidade. Precisamos nos preocupar com o desenvolvimento econômico, aí vem a geração de emprego, aí vem a liberdade do nosso povo. Não está sendo bem destacado os valores que serão utilizados para o desenvolvimento econômico. Aquisição de imóveis, quinze mil reais, eu acho que isso aqui está errado também. Tem muita coisa errada aqui, eu não sei, alguém errou. Como eu disse, eu sugiro voltar e fazer uma reestruturação nesse documento, uma reavaliação. Eu não sei, eu acho que alguém deve ter pegado o documento errado. E como sugestão também, eu acho desconfortável nós estarmos aqui discutindo esse orçamento do próximo ano, onde se quer nos concluímos esse que estamos, vigente, que é o problema das emendas impositivas. Eu peço aos meus amigos da oposição de mantermos a posição de não votarmos, enquanto não ficar decidido e concluído o desse ano, ao menos com as datas, para que possarmos fechar o orçamento desse ano, aí sim discutir o próximo. Não interessa se nós vamos votar em dezembro ou janeiro, não ter recesso, mas para nós fazermos a coisa certa, igual nós fazermos no setor privado, e não ficarmos empurrando as coisas pra frente com a barriga. Enfim, eu trago essas preocupações. Eu vi aqui também a questão do saneamento, nós temos um sério, seríssimo problema de saneamento em Patos, que nós não temos saneamento, esse é o problema. O município gasta muito com o reparo dessas galerias



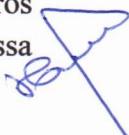
pluviais, que são usadas como galerias de esgoto, e a gente precisa discutir isso na Casa, discutir um valor pra gente poder enxugar o gasto de dinheiro público, porque isso aqui é dinheiro do povo, é dinheiro sofrido e isso não é brincadeira não. A gente tem que ter responsabilidade com cada real e cada centavo do povo. É tanta conta aqui, a maioria dessas são fora da realidade, não vão nem executar nada, e eu acho que nem deveria estar aqui. O teatro, meu Deus, o negócio para comer dinheiro, salvo engano, nós aprovamos um valor de três milhões, alguém me corrija, para reforma do teatro, que não foi nem concluído. O negócio para ter dinheiro, dinheiro do povo é bom, como é bom gastar o dinheiro do povo, enfim, tanta coisa aqui para olhar meu Deus. Repito, eu sugiro ampliar esse debate com mais paciência, chamar o Secretário de Administração, convidar representantes da sociedade civil organizada, para sugerirmos modificações, alterações, e nós focarmos em pontos sensíveis para aumentar o investimento. Diminuir esse gasto com pessoal, que é uma coisa exorbitante aqui, e investirmos um pouco mais na parte de investimento e infraestrutura, Rafael, que precisamos demais. A cidade de Patos está parada no tempo, esses números têm que se aproximar o máximo possível da realidade. E a nossa realidade é essa, nós precisamos de infraestrutura, nós precisamos trabalhar o aspecto econômico, o desenvolvimento econômico do nosso município. Enfim, não vou me estender muito, porque é muito repetitivo ficar aqui apontando problemas. Só quero contribuir dessa maneira. Estarei escutando os colegas, pra ver o ponto de vista de cada um, para que a gente possa contribuir dessa maneira. Obrigado, Presidente.” Com a palavra, o **Secretário Sávio Salvador** disse: “Como é bom estar nesta Casa ouvindo todos vocês, e eu ouvindo também doutora Pollyana falar um pouco, depois da fala do Vereador José Gonçalves me leva a muitos anos atrás, no primeiro governo Lula, do Projovem Trabalhador, que eu tive contato com muitas Prefeituras, e ali eu comecei a aprender sobre o quadro de detalhamento de despesas, o QDD, e, dentro disso, eu tinha que juntar esses documentos e aprender a ler esses documentos, entender esses documentos, Dr. Zé Lacerda, para que eu pudesse trazer esses recursos do governo federal para alguns municípios, e também para o governo do estado, para poder executar o Projovem Trabalhador. E eu era jovem também, e tinha toda a articulação com o ministério do trabalho, eu tive que ver na previsão orçamentária se tinha ali detalhado e escrito, Emano, se poderia trazer capacitação para aquela secretaria ou para aquela cidade. Se não tivesse na Lei Orçamentária Anual, eu não conseguiria trazer os recursos. E vou dizer aqui, senhores e senhoras vereadores, em dois mil e nove, que eu era bem mais jovem, hoje eu já estou um jovem de muitos cabelos brancos, mas eu trouxe na primeira vez, catorze milhões e quinhentos mil reais. Depois disso, eu consegui trazer trinta e quatro milhões para cinco municípios, fora o recurso que era direcionado para a bolsa que o jovem recebia. O que quer dizer isso? E aí, sucessivamente, a gente conseguiu fazer outras coisas. É que se o município, como, por exemplo, Bananeiras, Monteiro, que Dr. Edna, que é deputada federal hoje, prefeita então, como João Pessoa, que o prefeito era Ricardo Coutinho, como o governo do estado, que o governador era Cássio Cunha Lima. Então, desde esse tempo, a gente conseguia trazer recursos, como juventude, porque existia já a previsão orçamentária. Então, às vezes, a gente não pode só ficar ligado ao tamanho do valor, mas a previsão de que se tem no quadro de detalhamento de despesas, que foi construído através da LOA, a Lei Orçamentária Anual. Então, assim, só para ajudar a



complementar, contando essa pequena história do que eu já consegui fazer como juventude, imagina a gente, vocês, com a experiência que têm, com a força que vocês têm e com o Prefeito que a gente tem hoje, que trabalha indo buscar recursos, tanto em João Pessoa, com o governo do estado, a gente tem trabalhado, por orientação dele também, com os deputados estaduais, tentando buscar emendas estaduais e federais. E Presidente, só para encerrar a minha fala, o que eu não falei sobre as solicitações da zona rural, a gente conseguiu, todos os conselhos estiveram presente, tanto o da mulher, da criança e adolescente, o Conselho do desenvolvimento do município esteve presente no orçamento participativo, apontou, e está dentro desse documento, e apontou muitas demandas, dentre elas: a recuperação de cisternas, novas cisternas, estradas e perfuração de poços. Então, assim, essa pequena previsão que pode ter dentro do orçamento, que pode parecer pequena, mas é muito importante que vocês possam estar votando logo isso, para que a gente possa estar indo logo buscar recursos, tanto no âmbito estadual, tanto no âmbito federal, para gente poder executar ano que vem o sonho de todo patoense, no máximo possível, que o Executivo possa trabalhar, juntamente com a orientação de vocês.” Com a palavra, a **Contadora Eveline** disse: “Só esclarecendo mais a parte técnica ao Vereador Zé Gonçalves. Quando a gente fala em orçamento, em previsões de receitas e despesas, a gente está falando em previsões, a gente não está falando em recursos propriamente ditos. Quando a gente vai elaborar uma LOA, um orçamento, a gente não elabora da nossa cabeça não, a gente tem regras técnicas que devem ser seguidas. E uma delas se chama regra de ouro, minhas receitas e minhas despesas elas têm que fechar. Se eu tenho cem milhões de receita, eu só posso ter cem milhões de reais de despesa, nenhum real a mais, nenhum real a menos. Essa é a regra que embasa a Lei Orçamentária Anual. Existe outra coisa dentro da LOA, que a gente tem que seguir também, que são as fontes de recursos orçamentárias, que é um emaranhado que vocês não têm noção do que é para gente fechar essas fontes, porque essas fontes também têm que fechar. Se eu tenho uma previsão de recursos, por exemplo, os dois nobres vereadores citaram aqui a questão do teatro: ‘é muito recurso, é muito recurso’. É recurso federal, existe uma fonte de recurso específica para ela, são recursos vinculados; se eu não utilizar esse recurso no teatro, eu não posso pegar esse recurso e, por exemplo, investir na revitalização do Rio Espinharas, porque ele veio única e exclusivamente para ser investido no teatro. O gestor não pode, isso é improbidade administrativa, ele não pode fazer isso. A gente tem que ter muito a mente aberta para isso, quando a gente está tratando de orçamento público, as receitas vêm vinculadas, e o gestor não pode desvincular esses recursos. Outra coisa é em relação as janelas dentro do QDD, é legalmente permitível isso, e a gente faz, assim como o Secretário citou, tem essa previsão, que existe muitas vezes um projeto que está lá em Brasília, que alguma coisa do tipo, o gestor está com aquele projeto em mãos, e eu tenho pretensão de conseguir-lo no próximo exercício, eu não posso simplesmente pegar e colocar toda aquela previsão. Vamos dizer que o recurso federal que vai vim para o convênio seja de dois milhões, se eu colocar esses dois milhões dentro do orçamento do nada, eu não posso, porque vai dar um orçamento superestimado, e eu não posso ter um orçamento superestimado. Outra coisa é em relação a questão de não se adequar a realidade. Quando a gente fala, para isso que existem as suplementações, o orçamento, nas regras quando a gente elaborando, receita tem que fechar com despesa. Dentro do



meu orçamento, com meus recursos próprios, eu tenho que atingir 15% (quinze por cento), no mínimo, da saúde, e, no mínimo, os 25% (vinte e cinco por cento) da educação. No meu orçamento isso já tem que ter vindo pronto. Muitas vezes essa realidade na execução não se concretiza, muitas vezes vai para mais. A saúde é um grande exemplo, muitos municípios gastam muito mais na saúde do que os 15% (quinze por cento). Se eu pegar todo o meu recurso ordinário, e no orçamento destinar à saúde e à educação, eu não vou ter previsão para as outras secretarias, ou seja, eu não vou ter como executar. Falando tecnicamente, dentro da minha peça orçamentária eu tenho que ter aquelas previsões, eu tenho que fechar as minhas receitas e minhas despesas, e minhas fontes de recursos. É um emaranhado gigantesco para gente conseguir fechar isso, e a gente tenta ao máximo adequar a realidade do município, o que, às vezes, nem sempre é possível. Mas tenham certeza que está o mais possível perto possível da realidade. O assessor jurídico ele citou que tem na Lei Orgânica a previsão do Rio Espinharas, ou seja, por uma questão legal tem que está dentro do orçamento. Eu não posso simplesmente excluir, mas eu também não posso dizer que eu vou gastar um milhão porque eu não vou ter esse recurso na execução. Era só isso." Com a palavra, a **Secretaria Pollyanna** disse: "Essa audiência é justamente para que haja essa discussão, por isso tantas falas. Por exemplo, em relação a revitalização do Rio Espinharas, quando a gente tem aqui nessa unidade orçamentária da página 59, trinta mil, Zé, ao passo que na página 60, que continua a despesa, se você for descendo essa linha de valores, chega em trezentos e sessenta mil. Quando você ver aqui acima um milhão e cem, aí diz: 'manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aí qual é a previsão? 'Manter as atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, bem como as demais atividades ligadas à área de gerenciamento de ações, de preservação, melhoria do meio ambiente, manejo, proteção, recuperação, controle racional dos recursos ambientais, entre outros'. É uma forma genérica de englobar várias coisas. Então se a gestão for fazer um trabalho e disser: 'Eu não posso fazer porque só tem aqueles trinta mil, aqueles trinta mil é uma política específica voltada para o rio. Contudo, quando eu falo em valores, trezentos e sessenta mil, eu tenho para outros serviços de terceiros, pessoas jurídicas. Então a gestão pode pegar esses trezentos e sessenta mil suplementar nessa unidade orçamentária e aplicar também no rio, digamos, mais cem mil, mais duzentos mil, porque iria obedecer a previsão orçamentária dessa unidade de um milhão em cem, em, por exemplo, preservação ou melhoria do meio ambiente, ou proteção. Caso a gestão precise pagar algum serviço, eu peço até desculpas porque eu não entendo da área, eu não sei citar qual tipo de serviço de revitalização, mas digamos que precisasse fazer um certo tipo de contratação para atuar e tal serviço, ele seria descrito assim: 'Empenho o valor de R\$ 160.000 (cento e sessenta mil reais) na unidade orçamentária, manutenção de atividade da secretaria, no QDD trezentos e sessenta', o no empenho eu iria citar esses números aqui 011054, que é uma regra contábil pública, é uma lei que define essas diretrizes, esses números. E aí você vem, 339033999. Pode olhar que nos empenhos vem essas unidades orçamentárias. Aí como foi que eu paguei? Paguei do orçamento. Em que unidade orçamentária? Na unidade da secretaria, dentro da manutenção das atividades, revitalizei o rio, que estava previsto, juntei com os outros trinta mil. Entendeu? Então, assim, tem em todas as secretarias, também tem essa



atividade. Por que a gente coloca de forma genérica, hipotética? Porque como foi bem frisado pela contabilidade: é uma previsão. Pode ser executada, pode não ser executada. Mas, não é que só existe trinta mil especificamente para isso, entendeu? Só queria fazer esse esclarecimento, como a gente mexe muito aqui, aí entende.” Com a palavra, o **Vereador José Gonçalves** disse: “Veja bem, não há controvérsias no tocante, eu até fiz questão de anotar aqui: ‘previsões não são receitas’. Agora a gente não pode prever um valor tão pequeno como esse, porque demonstra que esse pequeno valor não quer fazer. Porque não justifica o governo municipal, e eu tenho certeza, que nenhum vereador aqui vai esperar que tenha um programa nacional do governo federal para construir cemitérios. Não está vindo as coisas nem para os vivos, imaginem para os mortos. Essa é uma questão séria, gente. Então a gente entende. Agora esse discurso técnico não pode passar gratuitamente, porque tem que fechar. Está aqui: ‘regra de ouro: receita e despesa têm que fechar’. Tudo bem! Mas o problema que está aí é na distribuição. É a distribuição que não está correta, porque enquanto manda um milhão para o PROCON, bota cem mil para o cemitério. Essa é que é a questão central. Eu estou colocando só um milhão, mas vai ter mais do que isso. Se você for verificar aqui a questão do pessoal, quem não sabe que a Prefeitura está enxada de contratado e comissionado do MEI – microempreendedor individual, que está batendo um no outro. Então é essa questão. Aqui não é dinheiro de pessoal para fazer concurso público e convocar o pessoal. Essa é uma questão que gente tem que discutir aqui. A gente entende que o dinheiro vem carimbado, por exemplo, o dinheiro do FUNDEB, 70% (setenta por cento) é para pagar agora o pessoal, 30% (por cento), manutenção. É dinheiro carimbado. A gente sabe que o dinheiro da saúde é carimbado, a gente sabe disso. O que nós estamos colocando aqui é que algumas secretarias têm tudo, e, outras, não têm nada. É essa dispersão, é esse vácuo. Então, mesmo que a gente pegue aqui, Dra. Pollyanna, determinada secretaria dessas, como Meio Ambiente, pegar o orçamento para a Secretaria do Meio Ambiente, mesmo remanejando esse recurso dentro da própria secretaria, não vai se fazer nada dentro do que está sendo colocado aqui. Essa é a questão central. Então eu não tenho conhecimento contábil como vocês têm. Agora, um matuto igual a Zé Gonçalves estar compreendendo isso, imagina quem entende. Então, veja bem, a gente comprehende aqui, você diz o termo técnico, mas eu quero traduzir aqui para o povo de Patos saber o que é. O orçamento aqui tem que fechar, receita e despesa. ‘Ah, ninguém pode gastar mais do que ganha’. Se fosse isso, a gente estava morrendo de fome, porque noventa por cento do povo está comprando fiado. Aqui é diferente, tem que bater. Agora a contradição é justamente essa. E eu vou dizer uma coisa aqui, concretamente, essa LOA é muito seca, gente, ela está muito desumana. As questões básicas a gente não consegue aqui. Algumas secretarias são privilegiadas e outras não. E pode ter certeza que mesmo com remanejamento, com suplementação, toda semana todo mês chega um suplemento aqui, e essa Câmara nunca negou. Agora é ruim a gente está fazendo isso o tempo todo, porque os companheiros lá da zona rural, quando você coloca um valor desses para fazer mata-burro, para fazer roço, para fazer estrada, para recuperar barreiro, para recuperar açude, não dá. Oitenta mil vai dá para quê? É mesmo que tirar pirulito em boca de menino. Não vai dá para nada, é impossível. E aí eu queria ver o seguinte, Presidente Tide, até o dia 24 é a data para a gente apresentar as emendas impositivas, e aqui também à Lei Orçamentária Anual, eu

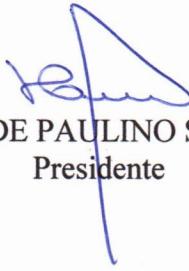
não estou me colocando aqui como empecilho, eu não estou me colocando aqui como correto e que todos vocês estejam errados, mas a gente poderia melhorar essa Lei Orçamentaria Anual, como muito bem disse Zé Lacerda. A gente poderia dar uma melhorada nisso aqui, melhorar esses itens que nós destacamos aqui. Agora nós poderíamos fazer isso aqui de forma conjunta. Eu não estou levando em consideração aqui situação, oposição, quem quer que seja, eu estou levando aqui o seguinte, a Câmara Municipal de Patos, o Prefeito e o Vice devem ter um compromisso com o povo. Então não pode ser um documento desses, seco, técnico, que não refletia as necessidades do povo. E é importante, que eu também fico preocupado com a comissão mista do orçamento, com todo respeito aos colegas, mas os três membros são da base do Prefeito; devia ter alguém da oposição. Mas, mesmo assim, pode participar, não é Tide, outros vereadores.” A Senhora Presidente disse: “A comissão só os três que assinam.” Com a palavra, o **Vereador José Gonçalves** prosseguiu: “Só os três que assinam. Então, os três da base do Prefeito. Isso é ruim também. Acho que a gente tem que melhorar isso aqui para que a discussão flua melhor. Mas eu estou sugerindo o seguinte, outra preocupação, a ausência de secretários. Eu acho que a Secretaria De Finanças, a Secretaria de Administração, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Educação, Infraestrutura, Meio Ambiente, os secretários deveriam estar aqui para a gente discutir isso. Talvez eles não tenham nem o conhecimento desse documento, porque não é fácil você analisar isso aqui, um arcabouço desses. Então, que a gente melhorasse. O meu sentimento aqui é que a gente priorize a nossa cidade, independentemente de quem tiver no poder. Aí a sugestão é a seguinte: se a gente pudesse reunir, não seria nem uma Audiência Pública, mas uma reunião mesmo, que pudesse dá uma melhorada nisso aqui. A minha sugestão inclusive é essa, e eu estou colocando aqui como proposta, para levar para o Prefeito Nabor Wanderley, para o Secretário de Administração, para a gente, pelo menos, fazer uma reunião. O que é que a gente pode melhorar isso aqui? Ferré, tu vais fazer trabalho na agricultura com esses míseros valores que estão aqui? Manoela, tu vais fazer alguma coisa no meio ambiente com uma miséria de um valor desse? Vai ter que discutir isso. Porque a saúde e a educação estão muito bem, obrigado. Agora, até a Infraestrutura, que vem recursos, porque tem emendas e mais emendas. Mas tem umas aí que não vem, gente. Não vem dinheiro para construir cemitério em Patos. Pode ter certeza. Não vem nem de lula. Não vem! Os cabas não estão mandando dinheiro nem para quem está vivo, vai mandar para quem está morto? Então, a gente aprovar uma Lei Orçamentária Anual, na situação quer está aqui, é muito ruim, é muito ruim. Então a minha proposta é justamente isso: que, no mínimo, Pollyanna, o companheiro Sávio, os companheiros da contabilidade, que a gente pudesse melhorar. Ora, dá para melhorar isso aqui? Basicamente é isso. Eu quero pedir desculpas a vocês, porque talvez eu tenha colocado umas questões aqui que eu não tenho conhecimento. Eu não sou economista, sou só historiador, tecnólogo e segurança do trabalho e sindicalista. Mas eu lembrei aqui, parece uma negociação do sindicato com os patrões: ‘Ah, mas tem que ser isso aqui’. Então eu acho que não tem que ser isso aqui, eu acho que a gente tem condições de melhorar muito essa Lei Orçamentária Anual. Se a gente melhorar esse ano, no próximo ao tu vais ver a situação, vai ser um show, que a gente avançou. Então a minha visão é essa. Eu sei essa regra de ouro aí, mas eu quero só o seguinte: a distribuição desses valores que não estou engolindo. Não dá para engolir, porque é muita prioridade



para uns setores e outros não. Gente, dois milhões para o PROCON é brincar com a cara da gente, porque o PROCON já tem sua estrutura própria, tem como se manter. E aqui a gente não falou do PatosPrev. ‘Manutenção do Centro de Referência ao Atendimento à Mulher, trinta e cinco mil’. Aí vem aqui: ‘Audiência Pública das mulheres, defendendo as mulheres’, trinta e cinco mil. Manutenção do Centro de Referência de Atendimento A Mulher, o CRAM, é brincar coma gente, aí não dá. Vocês mulheres estão satisfeitas? Isso aqui dá para resolver, trinta e cinco mil? Então é isso que a gente precisa melhorar. A questão da juventude também tem que dá uma melhorada, e por aí vai. Mas a minha sugestão era essa: que a gente pudesse ver aí Dra. Pollyanna, o que a gente pudesse construir. Não é retirar de pauta, é a gente fazer um esforço para dá uma melhorada e seguir o cronograma de votação. A gente não quer também, como disse um amigo meu: ‘vereador já trabalha demais’, aí tem que ter o recesso. Eu sei que a gente ganha muito bem. Agora, veja bem, a minha sugestão é justamente essa, que a gente pudesse fazer pelo menos uma reunião para fazer as adequações necessárias aqui.” Com a palavra, a **Secretária Pollyanna Guedes** disse: “Eu queria fazer um adendo, também tentar ser breve. Eu repito, esse tipo de audiência é justamente para essas discussões. São legítimos, Zé, todos os seus questionamentos, sobretudo, do ponto de vista de quando a gente é leigo. Eu já passei por essa situação, antes de ter que trabalhar com o orçamento público. E reforçando a fala da contadora, isso é um emaranhado, onde a gente tenta se aproximar da realidade. E algumas questões é como eu digo, tem secretário que quer pagar um negócio e faz: ‘Pollyanna, de onde é que eu tiro esse dinheiro?’. Aí eu digo: Espera aí, deixe eu pegar o QDD. Eu acho que você já foi na minha sala e já me viu pegando o QDD. Bote aqui que dá certo. E em relação ao cemitério, eu não sei a questão do valor que o senhor viu. A Secretaria de Serviços Públicos, que é na página 56, tem a manutenção das atividades em R\$ 4.950,00 (quatro milhões novecentos e cinquenta mil). Quando você vai descendo aí nos valores, um milhão e quatrocentos mil é outro serviço de terceiro, pessoa jurídica, e aí nessa unidade orçamentária ele prevê apenas: ‘manter as ações da Secretaria Municipal de Serviço Público, compreendendo a manutenção e a melhoria do serviço de iluminação, praça, parque, jardim, cemitérios públicos, feira, mercados públicos, limpezas e vias urbanas, canais, lavanderias e outros serviços de utilidade pública, quatro milhões novecentos e cinquenta mil. Está aqui, página 56. Na página, aqui está na página 56. Sete milhões e quinhentos é para atividade de limpeza pública, para a manutenção das atividades que englobam: praças, jardins, cemitério, tal, quatro milhões novecentos e cinquenta. E se eu quiser fazer um serviço de manutenção, reconstrução, reparação, eu tenho um milhão e quatrocentos de pessoa jurídica. Então, assim, dentro da realidade, qual o cemitério que eu estou precisando fazer um serviço, um reparo, urgente? É qual? Lá do Jatobá! Então eu vou botar ali. São Miguel dá para a gente ir mantendo com essa outra limpeza aqui, então vai gastar menos. Porque a dificuldade de adequar o orçamento à realidade a necessidade da despesa é como uma casa. A gente usa sempre esse termo da casa, mas é isso, de a gente elencar prioridades, assim, o que dá para levar, o que não dá. E como a questão do rio, não só são trinta mil para o rio, a gente tem uma margem para fazer serviços de revitalizações, manutenções, proteção do meio ambiente de trezentos e sessenta mil também. Se quisesse suplementar toda naquela unidade, eu teria praticamente quatrocentos mil para o rio, entendeu? Então isso aqui não

né a realidade, é a previsão. Quando a gente vai executar o orçamento, através do pagamento, é que vamos procurando as unidades orçamentárias. Então nem sempre aquele valor é específico. Aqui não é carimbado, como a gente diz.” O **Vereador José Gonçalves** disse: “Mas aqui vem carimbado. Eu vou pegar aqui treze milhões e setecentos da Secretaria de Desenvolvimento Social, aí botou aqui, cinquenta mil para o projeto de padaria comunitária.” A Senhora Presidente disse: “Vereador Zé Gonçalves, creio que esse assunto deveria ser discutido em uma reunião interna.” Em seguida, agradecendo a presença de todos, às onze horas da manhã, deu por encerrada a presente Audiência Pública.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS/PB (CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA). EM, 09 DE NOVEMBRO DE 2022.


VALTIDE PAULINO SANTOS
Presidente


EMANUEL RODRIGUES DE ARAÚJO
1º Secretário


MARCO CÉSAR SOUZA SIQUEIRA
2º Secretário